

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E OS CONTRASTES COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

*Francisco das Chagas Barbosa do Nascimento**,
*Ramofly Bicalho***

RESUMO

Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seu objetivo principal é compreender o contexto de surgimento e oferta da educação rural no Brasil e seus principais contrastes com a educação do campo, numa estreita articulação com os movimentos sociais camponeses. Realizamos uma breve contextualização, a partir de revisão bibliográfica, consultas de artigos, dissertações e teses em plataformas virtuais, buscando compreender o surgimento e a inserção social desses modelos de educação numa perspectiva histórica, política e social, caracterizando os sujeitos, individuais e coletivos, atendidos. Compreendemos como as forças políticas dominantes impuseram seus modelos ideológicos de educação aos camponeses e como a escola agiu para reproduzir esse ideário de educação. Por fim, refletimos sobre os principais contrastes existentes entre a educação rural e a educação do campo, percebendo as principais implicações na vida dos sujeitos presentes nas comunidades camponesas.

Palavras-chave: Educação rural. Educação do campo. Movimentos sociais.

BRIEF CONTEXTUALIZATION OF RURAL EDUCATION IN BRAZIL AND THE CONTRASTS WITH THE EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT

This work is the result of the Masters Dissertation in the PPGEA - Graduate Program in Agricultural Education, UFRRJ - Federal Rural University of Rio de Janeiro. Its

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ORCID: 0000-0003-0311-2879. Correio eletrônico: fcbn@bol.com.br

** Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Associado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ORCID: 0000-0003-0571-6481. Correio eletrônico: ramofly@gmail.com

main objective is to understand the context of the emergence and supply of rural education in Brazil and its main contrasts with the education of the countryside, in a close articulation with the peasant social movements. We perform a brief contextualization, based on a bibliographical review, articles, dissertations and dissertations on virtual platforms, seeking to understand the emergence and social insertion of these models of education, in a historical, political and social perspective, characterizing the subjects, individual and collective, attended. We understand how dominant political forces have imposed their ideological models of education on peasants and how the school acted to reproduce this ideology of education. Finally, we reflect on the main contrasts between rural education and rural education, realizing the main implications in the lives of the individuals present in the peasant communities.

Keywords: Rural education. Education of the field. Social movements.

BREVE CONTEXTUALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN RURAL EN BRASIL Y LOS CONTRASTES CON LA EDUCACIÓN DEL CAMPO

RESUMEN

Este trabajo es fruto de la Disertación de Maestría en el PPGA - Programa de Postgrado en Educación Agrícola, en la UFRRJ - Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Su objetivo principal es comprender el contexto de surgimiento y oferta de la educación rural en Brasil y sus principales contrastes con la educación del campo, en una estrecha articulación con los movimientos sociales campesinos. En el marco de la reforma bibliográfica, se realizaron una breve contextualización, a partir de revisión bibliográfica, consultas de artículos, disertaciones y tesis en plataformas virtuales, buscando comprender el surgimiento y la inserción social de esos modelos de educación, desde una perspectiva histórica, política y social, caracterizando a los sujetos, individuales y colectivos, atendidos. Comprendemos cómo las fuerzas políticas dominantes impusieron sus modelos ideológicos de educación a los campesinos y cómo la escuela actuó para reproducir ese ideario de educación. Por último, reflexionamos sobre los principales contrastes existentes entre la educación rural y la educación del campo, percibiendo las principales implicaciones en la vida de los sujetos presentes en las comunidades campesinas.

Palabras clave: Educación rural. Educación del campo. Movimientos sociales.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente, mais do que nunca, torna-se cada vez mais necessário

refletir sobre o papel da educação e da escola na vida humana. Não obstante, sabemos que o cotidiano, as experiências, as histórias de vida e as memórias podem contribuir para a melhoria da educação formal, escolarizada, tornando-a mais valiosa na vida dos sujeitos, individuais e coletivos. Mediante tal premissa, é urgente conhecer e entender como se deu o surgimento da educação rural para os filhos de trabalhadores e trabalhadoras localizados nas zonas rurais deste vasto Brasil.

Segundo Leite (1999), a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a um plano inferior e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e na interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente pela expressão “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. Historicamente, as políticas públicas para a chamada “educação rural” estiveram vinculadas a projetos conservadores e tradicionais de ruralidades para o país. Em geral, centravam-se no agronegócio, no latifúndio, no agrotóxico, nos transgênicos, na exportação e na exploração indiscriminada dos recursos naturais, sendo marcadas, profundamente, pelo abandono e pelos tropeços do poder público. Tais paradigmas direcionam as políticas e práticas educativas efetuadas no meio rural, tornando-se assim agentes da exclusão social e educacional. Contribuem para a negação dos direitos, histórias, sonhos, gestos e identidade dos sujeitos. A educação rural no Brasil ainda é uma realidade, mesmo diante de avanços consideráveis na concepção de educação do campo.

Nesse contexto histórico de crescente demanda da mão de obra, a oferta da escolarização formal aos filhos dos trabalhadores rurais é incentivada com a intenção incontestável de fazê-los trabalhadores dos inúmeros latifúndios deste país. Com pouquíssimas opções, são forçados a vender sua força de trabalho por preços ínfimos. Submetem-se a processos educativos que visam tão somente a reprodução dos interesses político-ideológicos dos grandes senhores donos de terras, coronelistas presentes em todo o contexto, político e social, que permeia a oferta da educação rural no Brasil.

O objetivo principal deste artigo é compreender o contexto de surgimento e a oferta da educação rural no Brasil e seus principais contrastes com a educação do campo, numa estreita articulação com os movimentos sociais camponeses (BICALHO, 2017). Foi em oposição à educação rural que os movimentos sociais, sindicais e populares construíram inúmeras experiências educativas acerca dos interesses dos povos camponeses. Iniciativas de defesa do meio rural como espaço de vida, diversidade cultural e identitária, lutas, resistências e sonhos.

O paradigma da educação do campo supera o antagonismo campo e cidade. Esses espaços são complementares e de igual valor, com tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural. É uma alternativa de educação para os filhos dos agricultores. Ela pode ser organizada pelos sujeitos, individuais e coletivos, a partir das demandas locais de suas comunidades, gerando desenvolvimento e inserção social de modo sustentável.

Nesse sentido, faremos um breve resgate das características, definições e atribuições desses dois modelos de educação, numa perspectiva de compreender seus fatos históricos, sociais e políticos, o papel da educação e da escola do campo diante de tais contextos. Discutiremos ainda as intencionalidades e as causas pre-

sententes nos bastidores da oferta da educação rural e suas principais implicações na vida dos povos camponeses.

O percurso teórico-metodológico foi realizado através de pesquisas em acervos bibliográficos e análises documentais. Trabalhamos ainda com pareceres, decretos reguladores e documentos próprios da educação do campo produzidos pelos movimentos sociais do campo, em parceria com sindicatos, universidades públicas e secretarias municipais de educação. Apoiamo-nos numa perspectiva eminentemente histórica e sociológica de investigação e explicação dos processos sociais de participação dos sujeitos camponeses. Utilizamos ainda legislações, revistas, jornais, dissertações, teses, livros e artigos em periódicos científicos que demonstrem os principais contrastes entre a educação rural e a educação do campo, articuladas aos movimentos sociais camponeses.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

O contexto histórico de surgimento da educação rural no Brasil esteve atrelado aos valores advindos de uma elite ruralista baseada em objetivos nacionalistas, de exaltação da natureza e vocação agrária, visando, sobretudo, ao princípio da “adequação e ajustamento” da classe trabalhadora rural aos interesses dominantes. O movimento ruralista revelava-se na face político-ideológica dessa adequação e ajustamento, defendendo os interesses das oligarquias rurais. Nessa perspectiva, os preconizadores do “ruralismo pedagógico” incentivaram, com suas ideias, a formação do ensino agrícola no país. A escola rural deveria ser um aparelho educativo organizado em função da produção (KREUTZ, 2008 *apud* CALAZANS, 1993).

Neste período, o Ministério da Agricultura no governo de Getúlio Vargas patrocinou vários projetos destinados à capacitação da população rural, dentre os quais se destacam os seguintes: a) as colônias agrícolas, para incentivar e fomentar o cooperativismo e o crédito agrícola; b) os cursos de aprendizado agrícola, com o objetivo de formar capatazes rurais; c) os cursos de adaptação e qualificação profissional do trabalhador rural.

As propostas educativas para o meio rural, voltadas para o desenvolvimento nacional e a educação profissionalizante, delineados pelos governos militares, acabaram por reforçar a concepção de educação que prepara trabalhadores para as novas tarefas exigidas pela divisão social do trabalho: “[...] *preparam-no para o cultivo de um produto determinado ou adestram-no para a execução de uma determinada fase do processo produtivo.*” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1993 *apud* KREUTZ, 2008, p. 8, grifo do autor). Fica notório que a educação rural no Brasil serviu, predominantemente, para produzir mão de obra a ser empregada nas grandes propriedades rurais, objetivando manter os filhos dos agricultores conformados e alienados às condições de subordinação social e econômica ditadas por aqueles que, historicamente, dominaram os sistemas de produção agrícola neste país.

Percebemos que as velhas oligarquias políticas no Brasil ancoraram na educação sua sistemática e perversa atuação. A educação rural ofertada aos povos camponeses estigmatizava-os como atrasados, subdesenvolvidos e alienados. As práticas utilizadas por esses grupos políticos mantêm-se fiéis à reprodução de

suas ideologias autoritárias e conservadoras. Por décadas, relegaram aos camponeses o direito de apenas se manterem rotineiramente acostumados. Os sujeitos, individuais e coletivos, foram cerceados em seu direito a uma educação que instigasse à reflexão, à crítica e às possibilidades de lutas em prol do desenvolvimento sustentável e da inserção social. As velhas oligarquias continuam a perpetrar o fechamento das escolas do campo e a expulsão dos camponeses das suas comunidades, com o intuito de se manterem no poder. Nesse ínterim, Freire (2011, p. 65) afirma que

A educação é processo sociolibertador, e se faz verdadeira pedagogia capaz de construir a nova cultura, a nova política, a nova história na práxis dos (as) educandos (as) como sujeitos: Práxis amorosa que nasce da nova lei, centrada na ética em favor da vida e do respeito às diferentes culturas, que organiza o povo, promove a autonomia e a liberdade possibilitando a esperança em sonhar e realizar um novo mundo, mais justo, bom e humano para todos e todas.

A educação emancipadora defendida por Paulo Freire certamente não é a educação rural. Esta forma de educar desconsidera e descontextualiza os sujeitos, individuais e coletivos, de suas práticas sociais, históricas, identitárias e pedagógicas de suas comunidades. Desconstrói os vínculos com a terra e as comunidades ali presentes. Segundo Mendonça (2006, p. 92),

Entre 1911 e 1930, o Ministério manteve de cinco a oito Aprendizados, espalhados por distintas regiões do país, matriculando anualmente entre 150 e 250 jovens. Sua maior incidência, no entanto, verificou-se nas regiões açucareiras e cotonicultoras do Norte e do Nordeste, contempladas com 50% desses totais. [...] A importância dos aprendizados residiu em difundir os princípios do ensino agrícola como instrumento de poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, já que, colocando à porta do rurícola um saber presidido pela noção de progresso, naturalizava-se a oposição entre uma agricultura “moderna” e outra “arcaica”, bem como a subordinação desta à primeira, sendo ambas despidas de seu conteúdo de classe. Os Aprendizados mantinham seus internos numa imobilidade própria a viveiros de mão de obra, onde fazendeiros da vizinhança recrutavam, gratuitamente, trabalhadores para tarefas sazonais.

Compreendemos, na citação acima, que as regiões Norte e Nordeste, em especial, vivenciaram, com mais intensidade, as experiências desse tipo de educação conservadora. Necessário relatar que tais regiões foram compreendidas como aquelas que emperravam e/ou dificultavam o “desenvolvimento” do país. Nesse sentido, foi ideologicamente planejada pelo Ministério da Agricultura e pela elite agrária brasileira a implantação da falsa e ilusória ideia de que os filhos dos agricultores familiares teriam uma educação que promovesse o progresso, o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, do país. No entanto, a educação ofertada serviu, apenas, e tão somente, para legalizar e legitimar práticas de dominação e escravidão moderna dos trabalhadores, além da completa subserviência dos mais pobres, que constituíam a grande parte da população.

Salienta-se ainda que, historicamente, os modelos de educação rural carregaram, e carregam, nas suas entrelinhas, os valores e interesses da elite agrária, interessada nas demandas da mão de obra de mercado. A escola autoritária e conservadora, nessa configuração, é a sua maior aliada, pois não prepara nem projeta os estudantes para assumirem seu papel crítico e questionador na sociedade. Visa mantê-los na condição de passividade, alienação e alheios aos fatos históricos, políticos e sociais. Distante dos processos reflexivos de construção e desenvolvimento social, verdadeiramente inclusiva, a participação ativa dos sujeitos, individuais e coletivos, fica ameaçada.

O que temos no tocante à educação rural ofertada neste país, sobretudo, nos cursos técnicos em agropecuária de nível médio, é ainda a formação de “capatazes” (SALLES, 1941, p. 333 *apud* MENDONÇA, 2006, p. 96), numa roupagem mais moderna, voltada às novas técnicas de produção, ao melhor relacionamento entre líderes e liderados, margeados por um processo de evolução social natural. De forma geral, uma educação que mantém o distanciamento abissal entre as classes neste país. Segundo Freire (1980, p. 57-58),

Educação como processo social para a libertação é contrária ao esquema tradicional cujo objetivo era mudar a mentalidade dos (as) oprimidos (as), segundo os interesses escusos de tais libertadores e não mudar a realidade que os oprimia. A educação libertadora sendo profética (anuncia e denuncia), leva aos seres humanos oprimidos (as) à consciência crítica de seu estado de coisificação e a se reconhecerem. Deste modo, ela restaura a vocação ontológica e histórica dos seres humanos perdida nos regimes opressores. A consciência crítica tem como objetivo levar os seres humanos a assumirem o seu papel de conhecerem a desumanização, este conhecimento leva a tomadas de atitudes diante do mundo desumanizado, este conhecimento leva os (as) oprimidos (as) a enfrentarem situações desumanas nas quais se encontram como vítimas manipuladas, procurando promover por suas próprias mãos, o processo de libertação pela sua práxis. O ponto de partida da educação como processo de libertação e autonomia [...] é o ser humano oprimido (a). E caso ele esteja ausente deste processo então se pode incorrer no risco da adoção de métodos e formas de ação que o reconduzam à condição de objeto. Esse homem, essa mulher são seres de raízes e espaço temporais, consciente de sua incompletude e, em busca de ser mais, no mundo e com o mundo, somente mulheres e homens autônomos podem construir, criticamente e coletivamente, sua emancipação.

Se não possuímos uma educação que, verdadeiramente, projete os sujeitos, individuais e coletivos, para pensarem com autonomia e percepção histórica, no processo de construção social e político que os permeiam, continuaremos apenas formando mão de obra barata para reforçar a indústria das desigualdades sociais que assolam este país.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS CONTRASTES COM A EDUCAÇÃO RURAL

Importante ressaltar que a conquista dos princípios da educação do campo é fruto da resistência organizada dos movimentos sociais e demais organizações

do campo, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (BICALHO, 2017). Ela é fruto das ações dos diversos atores sociais e suas lutas em favor da realidade e diversidade das famílias camponesas nas escolas do campo, entre outros territórios. Lutas que marcam a ruptura entre educação do campo e educação rural. Muito mais que uma nomenclatura, tal divisão retrata a consciência de processos educativos a serviço dos povos camponeses, sujeitos históricos protagonistas na consolidação de uma sociedade baseada nos princípios da solidariedade e sustentabilidade do planeta.

Não se concebe mais a ideia de lutar por uma educação do campo desarticulada das demais lutas por reforma agrária, sustentabilidade, estradas transitáveis, escolas do campo, agricultura familiar, agroecológica e orgânica. Faz-se necessário somar forças com educadores, educandos e movimentos sociais para consolidar atitudes e ações que denunciem o fechamento das escolas do campo e rompam com formas de educação ainda estereotipadas, recheadas de preconceito e discriminação, além dos históricos e constantes processos segregadores entre campo e cidade vivenciados neste país (BICALHO; ABBONIZIO, 2016). Segundo Castagna e Azevedo (2004, p. 36),

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. E nestes grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo.

Compreende-se assim que o campo necessita de uma educação que valorize a realidade local e particular dos camponeses, sua formação humana contextualizada, seus processos históricos, sociais, identitários e de memória. Nesse aspecto, é essencial difundir as possíveis interfaces entre a educação para o desenvolvimento sustentável e humano, considerando o cotidiano dos sujeitos no que toca ao respeito e à preservação dos recursos naturais. A carta da terra em ação (GADOTTI 2010) conceitua sustentabilidade da seguinte forma: sustentabilidade é o sonho de bem viver, é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes.

Os debates e a conceituação acerca da educação do campo nascem em julho de 1997, quando da realização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), no *campus* da Universidade de Brasília (UnB). Este encontro foi promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (CASTAGNA; AZEVEDO, 2004).

Os debates presentes nos eventos de educação do campo ancoram-se, em especial, nas formas de valorização e respeito à terra e aos seus recursos naturais, no reconhecimento vital da importância dos sujeitos coletivos nesse processo de construção do conhecimento e, acima de tudo, na histórica luta de resistência camponesa, com suas estratégias singulares na direção contrária aos valores burgueses. Esses aspectos,

em suma, constituem a essência da trajetória histórica de luta social encampada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ARROYO; MANÇANO, 2004).

A história da educação do campo surgiu, inegavelmente, a partir das lutas e do inconformismo de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras, crianças, jovens e adultos vinculados aos movimentos sociais camponeses, de luta pela terra e pela reforma agrária. Esses sujeitos, individuais e coletivos, compreenderam que as escolas tradicionais e conservadoras do campo não teriam, na sua organização político-pedagógica e curricular, lugar para suas histórias, memórias, identidades, sonhos e desejos. Em sua grande maioria, a estrutura formal dessas escolas desrespeita ou desconhece a realidade do entorno, seus valores, saberes, interesses, formas de ensino e aprendizagens (BENJAMIM; CALDART, 2000).

No contexto originário da educação do campo, foi possível diagnosticar os seguintes elementos em relação à situação social e objetiva das famílias trabalhadoras camponesas nas duas últimas décadas: aumento da pobreza, degradação da qualidade de vida, aumento da desigualdade e exclusão social, barbárie provocada pela implantação violenta do modelo capitalista na agricultura, ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação do campo (BICALHO; SILVA, 2016). Por outro lado, importante ainda salientar, nessa mesma conjuntura, a consolidação dos debates e das lutas sociais em torno de outra concepção de campo e projeto de desenvolvimento, preocupada com a qualidade de vida da população que reside e trabalha no campo. Essas lutas expressam as inúmeras e significativas experiências educativas presentes na resistência cultural e política dos sujeitos camponeses frente às adversidades impostas pelo agronegócio, os agrotóxicos, além do histórico índice de concentração de terras.

Para Castagna e Azevedo (2004), a educação do campo pode ser considerada uma das realizações práticas da pedagogia do oprimido, na medida em que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório e, por si mesmo, educativo. Sabemos que a visão de campo da educação do campo é um processo em construção. Ainda é um desafio em curso, no debate teórico, prático e político. Segundo Castagna e Azevedo (2004, p. 15-16), algumas questões já foram incorporadas:

- a) A educação do campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. [...] Combina com reforma agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular;
- b) A educação do campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas;
- c) A educação do campo defende a superação da antinomia rural e urbana e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano;
- d) A educação do campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país, e reforçando a ideia de que é necessário fazer do campo uma opção de vida digna.

Compreendemos que a educação do campo possui um histórico de resistência às formas elitizadas de dominação do grande e hegemônico capital e à con-

sequente expropriação dos sujeitos do campo - sujeitos, individuais e coletivos, com suas raízes bem fincadas no seio dos movimentos sociais, especialmente, os que lutam pela terra. Concordando com Castagna e Azevedo (2004), podemos afirmar que a educação do campo somente se tornará uma realidade efetiva, como ideário, projeto educativo e política pública de educação, se permanecer vinculada aos movimentos sociais. Portanto, é nesse universo, que ela se reforça e se fortalece como possibilidade de mudanças, numa conjuntura de dificuldades, dominação e exclusão social histórica dos camponeses.

Vejamos algumas diferenças entre os princípios da educação do campo e a educação rural, tradicional e de sustentação das elites agrárias. A educação do campo tem como prioridade absoluta a defesa das lutas sociais, a reforma agrária popular, as questões históricas e culturais das comunidades, a agricultura de base familiar, orgânica e agroecológica, contrária ao fechamento das escolas do campo, o incentivo à formação docente e a materiais didáticos que contemplem as histórias, memórias e identidades dos sujeitos camponeses (BICALHO, 2016). A educação rural está a serviço do grande capital e dos latifundiários, tendo como prioridade absoluta o agronegócio, sustentáculo da elite agrária e das classes abastadas deste país. Segundo Castagna e Azevedo (2004, p. 50),

O paradigma da educação do campo é fruto e semente desse processo porque é espaço de renovação dos valores e atitudes, do conhecimento e das práticas. Instiga a recriação de sujeitos do campo, como produtores de alimentos e de culturas que se constitui em território de criação e não meramente de produção econômica. O campo não é somente o território do negócio. É, sobretudo, o espaço da cultura, da produção para a vida.

A educação rural no Brasil foi pensada sob a ótica verticalizada. Criada para manutenção da oligarquia agrária e predomínio do poder desta elite. Mantém crianças, jovens, adultos, homens e mulheres no campo, vivendo em condições difíceis de sobrevivência. A educação rural defende modelos de educação em que os sujeitos não se percebam capazes de agir por si mesmos. Esta educação não desperta nem potencializa a criatividade, a criticidade, a autonomia e a emancipação dos sujeitos. Por outro lado, as diversas escolas do campo no Brasil, embora vivenciem quadros de intenso desmantelamento, sucateamento, abandono e fechamento, colaboram para fortalecer os debates em torno da educação do campo, numa estreita articulação com os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, os pequenos produtores rurais de base familiar, os sindicatos de trabalhadores rurais, as universidades, as secretarias municipais e estaduais de educação. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1999a, p. 205),

Queremos que os educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de conteúdos ou meros dominadores de competências ou habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber, articular o pensamento próprio, o sentimento próprio, e fazer tudo isto sintonizados com o projeto histórico do MST, que é um projeto de sociedade e de humanidade. Por isto em nossa Escola é vital que as educadoras cultivem em si e ajudem a cultivar nos educandos a sensibilidade humana, os valores humanos.

Pensando em alternativas para o desenvolvimento social no campo, o setor de educação do MST implantou inúmeras experiências emancipadoras nas escolas do campo, nos cursos de magistério, nas cooperativas e nas licenciaturas em educação do campo oferecidas em parceria com as universidades públicas, com formação por área de conhecimento e utilizando a pedagogia da alternância (BICALHO; BUENO, 2016; BICALHO; OLIVEIRA, 2017). Na perspectiva de construção desse projeto de educação emancipatória, Arroyo e Mançano (2004, p. 35) defendem os seguintes pontos:

1. Criação de um projeto para a educação no meio rural por uma escola do campo,
2. Produção de materiais didáticos voltados para a realidade da agricultura camponesa,
3. Uma educação que valorize a vida no campo: uma escola com identidade própria,
4. Uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões de vida, para promoção humana,
5. Uma escola pública em todos os acampamentos e assentamentos,
6. Uma gestão pedagógica da comunidade,
7. Uma escola solidária com as pessoas e as organizações que tenham projetos de transformação social.

Percebemos que, diferentemente da educação rural, pensada e proposta pelas elites como modelo de educação dominador, conservador e autoritário, a educação do campo surge das demandas da própria comunidade, busca colaborar na formação crítica e autônoma dos sujeitos pensantes, capazes de intervir e mudar a difícil realidade camponesa. Importante reiterar que a educação rural centraliza suas ações no favorecimento do agronegócio e na valorização do latifúndio. Ela forma trabalhadores para consolidar os empreendimentos rurais e o desenvolvimento econômico da região, mantendo privilégios e recursos naturais como geradores de bens de capitais para a oligarquia agrária. Na educação do campo, a terra e os recursos naturais são elementos essenciais e indispensáveis para a manutenção da vida. Enquanto a educação rural faz questão de privar os sujeitos do pensamento autônomo e da politização, a educação do campo projeta-os para assumirem, nas suas comunidades, os papéis de liderança e de agentes do desenvolvimento ético, humanístico e sustentável. Para Mançano (2008, p. 69),

A educação do campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação, nem de escolas, porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades e formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A educação do campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade.

Assim, a construção dos processos educativos realmente comprometidos com os valores e carências dos povos camponeses pode assegurar, nas locali-

dades, possibilidades de ascensão social. É possível encontrar formas de desenvolvimento nas comunidades sem a necessidade de abandoná-las ou de incentivar o fechamento das escolas do campo. Entendemos que as crianças, os jovens e adultos camponeses, representados por seus movimentos sociais, sindicatos e associações, podem viver, lutar e resistir com muito mais dignidade. Eles são sujeitos históricos na construção e reconstrução de seus territórios, repletos de vida, solidariedade, sonhos, gestos e desejos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceituar escola rural no Brasil e apontar os seus principais contrastes com a educação do campo não tem se constituído tarefa fácil. Esses modelos de educação tem o campo como elemento comum; no entanto, possuem inúmeras diferenças no que tange ao seu contexto de surgimento, ideologias, questões sociais e políticas. A educação rural, como já foi dito, preocupou-se em formar trabalhadores com funções especializadas no processo de desenvolvimento agrossilvopastoril. É, sobretudo, um executor das ideias da classe dominante, sempre ao encontro dos interesses dos latifundiários, coronéis e oligarquia agrária, com suas formas inescrupulosas de dominação política e social. A educação rural coloca em prática o desenvolvimento de métodos e técnicas que degradam a terra e exploram, demasiadamente, os recursos naturais. Tais recursos são encarados apenas como meios de produção.

Por outro lado, presenciamos uma crescente demanda por educação do campo, numa estreita articulação com os movimentos sociais de luta pela terra, como território de sobrevivência, perpetuação e manutenção da vida, em toda a sua complexidade. Educação popular que priorize os sujeitos, individuais e coletivos, a reforma agrária, e, nela, a agricultura familiar, orgânica e agroecológica (BICALHO, 2017). Busca-se a consolidação de processos educativos que contemplem a formação crítica e questionadora dos sujeitos reflexivos, capazes de entender o seu contexto histórico e político e de lutar por inclusão social em suas comunidades, enaltecendo suas raízes culturais, tradições e territórios.

O que fica como elemento norteador entre essas duas formas de educar os povos camponeses é a perspectiva de que esses sujeitos precisam ser ouvidos. É a necessidade de se voltar para demandas que sempre existiram nesses territórios - sobretudo a urgência de criação de políticas públicas que potencializem as formas de desenvolvimento nas zonas rurais por meio da oferta de uma educação do campo realmente preocupada com o pleno desenvolvimento dos sujeitos, individuais e coletivos. Conhecimentos que estimulem o pensamento autônomo e a reflexão crítica de educadores, educandos, agricultores familiares e integrantes dos movimentos sociais enquanto agentes de mudança da dura realidade que enfrentam.

Uma educação que não produza apenas, e tão somente, mão de obra barata, mas que colabore no desenvolvimento com vista à inclusão social, à sustentabilidade e ao uso racional dos recursos naturais. Uma educação que não segregue campo e cidade, que não os instiguem a uma relação de medida de forças. Esses territórios são complementares e se integram. Uma educação que seja, essencialmente, libertadora e contribua para a valorização das histórias de vida de todos

aqueles que, direta e indiretamente, contribuem com os debates acerca da educação do campo em estreita articulação com os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; MANÇANO, F. B. *Por uma educação básica no campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. v. II.

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. n. 3.

BICALHO, R. A concepção de educação do campo no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *INTER-AÇÃO*, v. 42, n. 2, p. 297-310, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i2.46007>.

BICALHO, R. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 210-224, out./dez. 2017.

BICALHO, R. Interfaces entre escolas do campo e movimentos sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis. v. 1, n. 1, p. 26-46, jan./jun. 2016.

BICALHO, R. Os movimentos sociais do campo e a formação do educador. *Textura Canoas - ULBRA*, v. 18, n. 17, p. 5-26, maio/ago., 2016.

BICALHO, R. *Possíveis interfaces entre educação do campo, educação popular e questões agrárias*. Curitiba: Appris, 2017. v. 1.

BICALHO, R.; ABBONIZIO, A. C. O. A pedagogia da alternância e a Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: o ensino médio e a formação de educadores do campo. *Dialogia*, São Paulo, n. 23, p. 69-79, jan./jun. 2016.

BICALHO, R.; BUENO, M. C. M. Educação do campo, pedagogia da alternância e formação do educador. *Educação & Linguagem*, v. 19, n. 1, p. 189-204, jan./jun. 2016.

BICALHO, R.; OLIVEIRA, J. R. Interfaces entre educação profissional e pedagogia da alternância. *Série-estudos*, Campo Grande, v. 22, n. 46, p. 195-212, set./dez. 2017.

BICALHO, R.; SILVA, M. A. Políticas públicas em educação do campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 03 de abril de 2002*. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: CNE/CEB, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Portaria nº 391, de 10 de maio de 2016. Estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, edição 89, p. 40, 11 maio 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Referências para uma política nacional de educação do campo*: caderno de subsídios. Brasília, DF: SEMT, 2004.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. (org.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. p. 16.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. *Revista Eletrônica Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003.

CALDART, R. S. *Caminhos para a transformação da escola*: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, R. S. *Por uma educação do campo*: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (org.). *Educação do Campo*: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002, n. 4, p. 25-36.

CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. (org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). *Dicionário da educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. *A Carta da terra na educação*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Cidadania planetária; 3).

KREUTZ, I. T. L. Educação rural: política pública e a educação que interessa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1.; SEMANA DA PEDAGOGIA, 20., 2008, Cascavel, PR. *Anais [...]*. Disponível em: <http://docplayer.com.br/19600808-Educacao-rural-politica-publica-e-a-educacao-que-interessa-ao-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra.html>. Acesso em: 4 set. 2018.

LEITE, S. *Escola rural*: urbanizações e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MANÇANO, F. B. (org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina*: a questão agrária atual. São Paulo: CLACSO/Expressão popular, 2008.

MENDONÇA, S. R. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 14, n. 1, p. 88-113, abr. 2006.

MOLINA, M. C.; AZEVEDO, S. M. S. J. (org.). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. n. 5.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (org.). *Licenciaturas em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Princípios da educação no MST*. São Paulo: MST, 1999a. (Caderno de Educação, n. 8).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Como fazemos a escola de educação fundamental*. São Paulo: MST, 1999b. (Caderno de Educação, n. 9).